O reajuste para preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, a partir de 2008, corresponderá à variação acumulada do INPC. A título de aumento real, o salário mínimo será acrescido de percentual idêntico ao do crescimento real do PIB ocorrido dois anos atrás (ou seja, em 2008, além do INPC, o salário mínimo receberá aumento equivalente à variação do PIB em 2006).

O projeto prevê que, até 31 de março de 2011, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei que disporá sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive. Além disso, será constituído grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, composto por representantes do Governo Federal, das centrais sindicais de trabalhadores e da classe patronal, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo.

Por fim, alteração introduzida na Câmara dispõe que a União não poderá realizar transferências voluntárias de recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que, comprovadamente, descumprirem as disposições desta proposição.

Após leitura da matéria, os autos foram enviados a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, não foram detectados vícios que prejudiquem o projeto.

Quanto ao mérito, é extremamente positivo que se estabeleçam regras para o reajuste do salário mínimo, pois, assim, cria-se uma política de incremento de seu valor que não dependa da conjuntura econômica e política do momento. Como consequência, resguardamos os trabalhadores, aposentados e pensionistas que recebem o piso nacional.

Também é salutar a antecipação da data-base do salário mínimo. Ao se fixar seu reajuste em janeiro, fica facilitada a discussão de seu valor no âmbito dos debates acerca do orçamento federal.

Por fim, ressalte-se que as regras constantes da proposição valem somente até 2011. Para o exercício seguinte, novas regras, elaboradas pelo governo, juntamente com as entidades de classe dos trabalhadores e empregadores, serão encaminhadas para deliberação do Congresso Nacional. Isso é positivo na medida em que permitirá avaliar os efeitos desta proposição, para eventuais aperfeiçoamentos na legislação que a sucederá, cuja vigência está prevista para o período de 2012 a 2023.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007.

Sala da Comissão, em 03 de julho de 2007.

, Presidente

, Relator